

A Constituinte, como e por quê

FRANCISCO OLIVEIRA
Da sucursal de
PORTO ALEGRE

Imposta originalmente pelo regime de exceção oriundo da Revolução de 64, emendada pela Junta Militar em 69 e remendada inúmeras vezes com o auxílio de atos institucionais, mais recentemente pelo "pacote" de abril e outras vezes por iniciativa do próprio Congresso Nacional, a Constituição Brasileira tornou-se uma "colcha-de-retalhos" que está precisando de uma nova formulação. Importantes segmentos da oposição defendem a convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte para realizar esse trabalho e o governo, que até pouco tempo negava-se mesmo a admitir a necessidade de novo projeto, agora já o defende, mas para ser elaborado pelo atual Congresso. O Estado ouviu dois senadores gaúchos — Tarso Dutra, bionico do PDS, e Paulo Brossard, líder do PMDB — que concordam em alguns pontos: são parlamentaristas, acham que a Constituinte demoraria muito na montagem no novo texto constitucional que querem pronto no mais curto prazo possível, embora analisem de forma diferente a representatividade dos atuais deputados e senadores para darem ao País a nova Carta.

Se concordam que é preciso trabalhar logo, definem de maneira diferente o que vem sendo chamado de Constituição. Tarso diz que não há ausência de Constituição, mesmo porque em 1967 ela foi aprovada pela unanimidade do Congresso Nacional. Acha até que a Emenda nº 1, de 1969, outorgada pelos três generais — que para Brossard não passam de simples usurpadores —, é válida e vem sendo referendada a cada dia pelos tribunais brasileiros.

Já Brossard diz que se invoca a Constituição quando a verdade, "a verdade verdadeira", é que o Brasil não tem Constituição. E resalta que "a simples publicação em diário oficial não dá caráter de lei a nada". Explica: em pronunciamento feito em outubro de 1966, o general Castello Branco, ao desmentir a proximidade de um ato institucional que somente alguns dias depois acabaria por confirmar-se, disse que sabia, como todos sabiam, que ele não tinha poderes para tanto. Mas não foi o bastante para, através do Ato 2, assegurar-se atribuições que a lei não lhe dava, como dias antes havia reconhecido, para determinar que o Congresso passasse a funcionar com poderes constituintes normais. A seguir, enviou-lhe um projeto de Constituição — "horroroso e que saiu da pena da mesma formilha daquela da Carta de 37" — e que, com algumas correções, foi aprovado. "Foi aquela uma Constituinte à maneira de Castello Branco, de quartel". Assim, para o senador Paulo Brossard, o que deveria continuar valendo é a Constituição de 1946.

DEMORA DA CONSTITUINTE

Um ponto de concordância entre Tarso e Brossard: a Constituinte seria uma solução mais complexa. Paulo Brossard, embora seja líder do principal partido de oposição que lançou pela primeira vez a tese da Assembleia Nacional Constituinte, opina, pessoalmente, sem falar em nome do partido: "Convocada que fosse uma Constituinte, teria que se fazer uma eleição; essa eleição seria feita quando? Passaria a trabalhar a partir de quando? Durante, quanto tempo? Veja só esse problema, para ver que não é uma questão que se resolve em uma dúzia de meses. Por isso é que eu digo que, se a questão estivesse colocada nas minhas mãos e se eu tivesse poder suficiente para conduzir os acontecimentos até onde eu pudesse, tudo dependendo das conversações, das combinações, dos acertos, eu procuraria restabelecer a normalidade constitucional deste País num prazo mais curto, ainda que depois aberto a uma revisão pelo Congresso ainda por ser eleito". Adiante acrescentou, referindo-se ao Congresso: "Enquanto não for eleito um outro, tem que ser este. Podia ser feita uma ratificação para não ser um simples ato executivo". A resposta de Brossard foi dada a uma pergunta — se a oposição é definitiva na tese da Constituinte.

Deu sua sugestão sobre como se chegar a isso: "Se eu tivesse força e poder, promoveria, através de um entendimento sumário, breve, rápido, com duas, três das correntes principais — se não tivesse unanimidade e paciência, pois numa democracia sempre é difícil haver unanimidade —, as correntes mais expressivas, se possível em dias e até em horas, um entendimento com o governo de um lado e a oposição do outro. Eu acho que as coisas, como vão, estão cada vez piores. E é preciso deixar o País mais ou menos arrumado para o que está para acontecer e que ninguém sabe o que é".

Tarso Dutra diz uma novidade: "Eu não conheço uma idéia contrária à Constituinte", respondendo a uma afirmação de que o governo estava contra sua convocação. E argumenta que, como a Constituinte pode vir e pode não vir, e se vier pode demorar muito, então "o que é mais prático e mais conveniente para o povo, no meu ponto de vista, é passar logo a defender e a tornar efetiva uma idéia que eu considero salutar. Se as duas alternativas são válidas, Constituinte ou aproveitar os poderes do Congresso que são amplos e ilimitados, não sei por que procurar caminho mais distante, mais difícil, mais remoto, quando tenho à minha disposição todos os poderes da ordem constitucional existente para chegar imediatamente ao objetivo".

REPRESENTATIVIDADE

O senador do PDS, por sua vez, defende ainda a representatividade do atual Congresso, "de um lado, o

eleitor, ao dar seu voto, não dá uma carta ao parlamentar dizendo no que tem direito a votar", e, de outro, ele, como bionico, também acha que os senadores indiretos têm os mesmos direitos que os outros na reforma constitucional; "votação indireta não quer dizer, votação antipopular e os colégios eleitorais são amplamente representativos da vontade popular. Além disso, é uma forma democrática utilizada por quatro quintos dos países do mundo e eu, no meu caso, fui eleito num colégio presidido por um deputado da oposição e já me elegi pelo voto popular em todos os pleitos a que concorri".

Já não é o que acha Paulo Brossard: "As eleições passadas foram as mais corruptas da história da República, do Império e até diria da Colônia, quando não havia eleição. Foi a institucionalização da corrupção. Foi um Congresso eleito sem o acesso ao rádio e à televisão através daquela máscara da Lei Falcão. Foi uma deformação da vontade popular e ainda acima de tudo com o uso dos bionicos, esta figura que o humano civilizado ficou a dever ao atual homem de negócios chamado Ernesto Geisel".

PROPOSTA

Tarso e Brossard são parlamentaristas. Assim, defendem o governo de gabinete, são contra eleições diretas para a Presidência da República e acham que a eleição parlamentar dá mais flexibilidade (Brossard) e é mais democrática (Dutra).

Paulo Brossard quer ainda que a nova Constituição seja breve, simples — "nós temos a tendência de colocar tudo na Constituição, como se fosse guia telefônico" — e para durar gerações. Mesmo na área econômica, devem ser traçadas regras de política econômica de caráter muito geral, para que a legislação ordinária desdobre, desenvolva conforme as circunstâncias e as peculiaridades da época. Em relação à greve, por exemplo: assegura a greve e ponto.

Tarso Dutra, no entanto, quer uma Constituição desenvolvendo sobretudo os direitos sociais, que "precisam ser definidos da forma mais ampla possível", entre os quais citaria: "A co-gestão, que está pedindo execução imediata e o direito de participação nos lucros, que não se tornou efetivo até nossos dias de forma cabal. Os interesses podem ser diversificados a respeito dessa matéria, mas co-gestão só tem uma definição: é a participação responsável na direção das empresas. Eu não tenho que indagar se o governo quer ou não quer, se algum grupo social quer ou não quer, mas nós devemos fazer o que deve ser feito no interesse do povo brasileiro". Também em relação à nova lei de greve, diz que ela terá de atender para os novos aspectos da sociedade brasileira. Uma última sugestão: "A sublegenda é inconveniente para o País e já durou um tempo maior do que o que seria necessário".

ANC 88
Pasia 80/81
060/1980

PDT quer a convocação imediata de Assembleia

A convocação imediata da Assembleia Nacional Constituinte foi pedida ontem pelo prefeito de Osasco, Guaçu Piteri, presidente da comissão regional provisória do PDT, durante encontro com lideranças políticas em São José do Rio Pardo.

Sobre as declarações de Ivete Vargas, presidenta nacional do PTB, que definiu o PDT de Brizola como uma "loja especializada em jóias de fantasia", Guaçu Piteri garantiu que "o tempo dirá quem tem razão. Esta senhora já se está revelando na sua incoerência ideológica, pois, ao invés de combater a oligarquia que domina o País, oprimindo a classe trabalhadora, tende a colocar o seu partido a reboque do poderosos, preparando-se para mais uma vez, quem sabe, negar os verdadeiros direitos de quem realmente constrói a Nação".

Quanto à afirmação da ex-deputada, de que o PDT "não vai

vingar", Guaçu fez o seguinte comentário: "Os lobos com peles vistosas de ovelha receberão sem dúvida inesquecível lição a ser dada nas urnas pelo povo oprimido deste país. O verdadeiro trabalhismo ressurge agora pelas mãos honestas dos nossos trabalhadores e não pela vontade de prepostos de multinacionais ou de outros centros de opressão do povo".

O presidente do PDT paulista disse ainda que "a concentração da riqueza nas mãos de uma minoria não é fantasia, é um irrefutável e triste dado econômico. Se fantasia é isso, continuou, nós, do PDT, que ficamos ao lado da maioria oprimida que sofre o desastre econômico, este filho do desastre político, estamos conscientes da opção tomada. O trabalho autêntico, como é o nosso, jamais será visto pelo povo como fantasia".